

EDITORIAL / EDITORIAL

500 ANOS DA REFORMA LUTERANA: OCASIÃO DE AVANÇAR NA COLABORAÇÃO ECUMÊNICA

Lutheran Reformation 500th Anniversary: the occasion to advance in Ecumenical Collaboration

Paulo César Barros SJ *

Estamos às portas da rememoração dos 500 anos da Reforma Luterana. Foi no dia 31 de outubro de 1517 que Martinho Lutero afixou (assim se diz), na porta da igreja do castelo de Wittenberg, um cartaz contendo as famosas 95 teses para suscitar o *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências*. Se este gesto significou, em princípio, uma enérgica reação às indulgências determinadas pela Cúria romana com o fito de financiar a construção da Basílica de São Pedro, não nos esqueçamos de que, em Lutero, a crítica à teologia escolástica precede a crítica à “teologia” das indulgências. Vale dizer: a divulgação das 95 teses representou, para o reformador alemão, não um mero ato de rebeldia, mas uma clara demonstração de sua insatisfação com uma escola teológica que já não respondia aos mais profundos anseios de fidelidade a Cristo por parte de seus seguidores. Hoje, é comumente aceito que Lutero não queria separar-se da Sé de Roma, mas promover a reforma da Igreja *in capite et in membris*. E em 13 de dezembro de 1545, poucos meses antes da morte de Martinho Lutero, ocorrida em 18 de fevereiro de 1546, inaugurou-se o Concílio de Trento, resposta católica ao posicionamento do frade agostiniano, visto como herege e cismático. Desde então, – fato a se lamentar! –, nasceram

* Paulo César Barros SJ é professor de Teologia Sistemática do Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

e cresceram incompreensões e tensões mútuas entre os dois grupos, “luteranos” e “católicos”.

Hoje em dia, luteranos e católicos respiramos novos ares. Tal atmosfera foi propiciada pelo movimento em prol da unidade dos cristãos, nascido na primeira década do século XX por iniciativa de algumas Igrejas protestantes, precisamente na Assembleia de Edimburgo, em 1910, e ao qual aderiu a Igreja católica romana por ocasião da realização e recepção do Concílio Vaticano II, em boa parte por conta da sensibilidade ecumênica de São João XXIII. Hoje, portanto, os católicos encaram a Reforma Luterana com outros olhos, purificados pela presença e ação d’Aquele “que faz novas todas as coisas” (cf. Ap 21,5).

Cabe ressaltar, como ganho de uma nova relação entre luteranos e católicos, o resgate por parte destes do valor da Escritura na vida da Igreja católica. Sinal decisivo desta nova mentalidade encontramos já no pontificado do Papa Pio XII, que, com a carta encíclica *Divino afflante Spiritu*, de 1943, possibilitou aos pesquisadores católicos o estudo dos textos bíblicos segundo métodos críticos desenvolvidos por exegetas protestantes. Porém, a respeito da interpretação da Sagrada Escritura, não se pode esquecer o valor da Tradição. É a Tradição, defendida pelos católicos no Concílio de Trento, de fundamental importância para a reta e profícua leitura das Sagradas Páginas. Ora, as Escrituras têm valor fundamental enquanto baliza canônica para os fiéis cristãos, e devem ser lidas na perspectiva da Tradição eclesial de modo a se preservarem da interpretação instrumentalizada segundo interesses individuais e/ou de grupos. Outro aspecto a considerar é que a Escritura surge no interior de uma Tradição e é tradição na medida em que é também transmissão por escrito de uma mensagem que primeiramente se havia dado na forma oral, por exemplo, nas celebrações litúrgicas das comunidades de fé. A Escritura sempre será central na vida e na prática da Igreja, mas sem o terreno da Tradição, a Escritura pode tornar-se mera semente que não produz fruto. A respeito desta delicada e incontornável questão, nova compreensão foi adquirida pelos católicos no Concílio Vaticano II, com o reconhecimento de que a Palavra de Deus é a fonte única da revelação a ganhar forma na Sagrada Escritura e na Sagrada Tradição (cf. DV 9). Em suma, os tempos do ecumenismo propiciam a católicos e luteranos uma convergência na compreensão de uma enriquecedora articulação entre Escritura e Tradição.

Recorde-se, também, a perspectiva luterana da Igreja entendida como assembleia de fiéis. Esta redescoberta de Lutero – pois não é um ensinamento original do reformador, mas já contido na Escritura: pensemos no Povo eleito do Antigo Testamento e nas comunidades cristãs do Novo Testamento –, foi também assumida pela Igreja católica na eclesiologia do Vaticano II, precisamente na compreensão da Igreja como Povo de Deus (cf. cap. II de *Lumen gentium*). Para os católicos, isto significa avançar na

direção da superação do clericalismo, que traz como séria consequência a marginalização dos leigos nos processos de decisão na Igreja (cf. Papa Francisco, exortação apostólica *Evangelii gaudium* 102).

Há que se ressaltar ainda a fé cristã como entrega pessoal ao Senhor, experiência do próprio Lutero, e não como conjunto de normas frias às quais o crente dá seu assentimento. Com efeito, para Lutero “a fé não é somente uma convicção intelectual, mas uma absoluta confiança na pessoa do Cristo, que me foi dado por Deus nesta mesma fé”¹. Ganho para os católicos, neste aspecto particular, foi um melhor equilíbrio entre *fides quae* e *fides qua*. Não é difícil resgatar na história da Igreja católica romana as más consequências de se atribuir um peso desproporcional à *fides quae*, na forma de um dogmatismo acachapante.

Nunca é demais enfatizar a prioridade da graça divina na salvação do homem, ressaltada pelo reformador de Wittenberg. O homem se salva não por seus méritos, mas pela graça de Deus. É óbvio que a redenção implica necessariamente a resposta humana à salvação ofertada por Deus, mas a leitura luterana da graça de Deus como decisiva da salvação humana não pode ser olvidada sem mais. A angústia espiritual de Lutero encontra resposta na sua entrega existencial a Cristo, atitude que lhe proporcionará construir uma teologia marcadamente cristológica. A partir sobretudo das cartas de São Paulo aos Romanos e aos Gálatas, cuja leitura o reformador de Wittenberg soube harmonizar com a interpretação dos Salmos, Lutero encontrará ocasião para desenvolver uma síntese teológica que lhe será muito cara, a saber, a *theologia crucis*. O homem é salvo por Deus, ou, como preferia dizer Lutero, é justificado por Deus², desde que reconheça a sua pequenez e fragilidade; isto implica em renunciar à *teologia gloriae* – que Lutero via espelhada na teologia escolástica – e abraçar a *theologia crucis*, resultante de uma volta à Bíblia e aos Santos Padres.

Ao tempo da Reforma, Lutero moveu aceso combate ao Bispo de Roma. Razões houve para fazê-lo, se se vislumbra o papado mais como força “política” – com tudo que pode haver de mundanismo na acepção deste adjetivo –, e menos como instância de presidência das Igrejas na caridade (cf. Inácio de Antioquia, *Carta aos Romanos*). Na atual atmosfera ecumênica, cabe ressaltar o ganho que representa o resgate da figura do Bispo de Roma em sua configuração eclesiológica dos primeiros séculos do cristianismo, para o qual já acenava o Bem-aventurado Paulo VI em 1967 e reafirmado

¹ CONGAR, Yves. *Martin Luther, sa foi, sa réforme: Études de théologie historique*. Paris: Cerf, 1983, p. 29.

² A propósito deste tema capital, que teve grande destaque nas controvérsias entre católicos e luteranos ao início da Reforma Luterana, ver: KASPER, Walter. *La misericordia: clave del Evangelio y de la vida cristiana*. Santander: Sal Terrae, 2012. p. 81-82.

categoricamente por São João Paulo II em 1995 (cf. carta encíclica *Ut unum sint* 95). Percebe-se entre os luteranos, ainda que não em todos eles, o reconhecimento de que alguma instância magisterial se faz necessária na vida eclesial. Se por um lado o clericalismo combatido por Lutero é um mal para a Igreja, na medida em que asfixia a participação frutuosa dos batizados na missão dela, a inexistência de critérios disciplinadores acaba por justificar toda e qualquer decisão humana, sem discernimento e controle à luz do Espírito Santo. Esta carência não explicaria a existência de uma grande quantidade de Igrejas e Comunidades evangélicas, nascidas em resposta a interesses nem sempre bem discernidos?

Se por um lado já se passaram os tempos de execrar sem mais nem menos a Reforma Luterana, não podemos deixar de reconhecer que ela tem também pontos polêmicos. Pensemos, por exemplo, na influência do protestantismo na ética do trabalho. A teologia da prosperidade, de origem calvinista e muito presente em Igrejas de tendência neopentecostal, segundo a qual todo ganho laboral é manifestação de salvação divina, tem dado azo à justificação de situações de injustiça no mundo do trabalho. Ora, se o crescimento econômico está de acordo com a vontade de Deus, tornam-se facilmente relativizáveis as normas éticas que regulam as relações entre capital e trabalho.

Neste momento em que nós, católicos, revisitamos a história do protestantismo, e o fazemos ao sabor dos novos tempos proporcionados pelo ecumenismo, não se pode deixar de mencionar a questão do pentecostalismo que marca algumas tendências eclesiológicas ao interior da Igreja católica. Ainda que estas expressões de fé cristã gozem de direito de cidadania entre católicos, não deixa de ser preocupante quando se deixam levar por posturas de não compromisso diante das realidades sociais que clamam por justiça. E o que dizer do neopentecostalismo, característico de não poucos grupos religiosos de inspiração protestante? Encontramo-nos diante de grandes desafios postos ao ecumenismo.

A rememoração do quinto centenário da Reforma Luterana deve ser, na verdade, um tempo do Espírito Santo para as Igrejas católica e luterana, na medida em que ambas se deixem impulsionar por Ele a fim de que superem as mútuas agressões do passado e busquem novas atitudes, mais condizentes com os discípulos do Cristo Senhor, Príncipe da Paz (cf. Is 9,6). Recordar a Reforma Luterana não significa “celebrar uma separação”, mas visitar o passado para que católicos e luteranos curemos as feridas de uma escandalosa ruptura do Corpo eclesial de Cristo. Ainda que o passado nos incomode, “olhar para frente” pode e deve ser o mote a nos inspirar na busca da “reintegração da unidade”, querida e suplicada ao Pai por Jesus (cf. Jo 17,11.21.22).

Nos momentos difíceis que estamos a viver, marcados pelas desilusões em tempos de pós-modernidade e pós-ateísmo, não seria sadicamente oportuno

voltarmo-nos, luteranos e católicos, para o Cristo Senhor, e anunciá-lo em espírito de colaboração ecumênica? Não seria desta forma a rememoração dos 500 anos da Reforma Luterana, mais do que um mero olhar para o passado com ressaibos de conflitos históricos, o exercício de lançar pontes para avançar na proclamação do mistério de Cristo, uma vez que o Senhor ocupa posição central na vida da Igreja? A nós, católicos, já não escandaliza o dito *Ecclesia semper reformanda*, uma vez que o entendamos como convite a superar, como Igreja do Senhor, toda rigidez institucional a fim de que nela e por intermédio dela sobre o Espírito Santo, e assim o mesmo Divino Espírito nos leve a querer sempre mais conhecer “a Jesus Cristo e este crucificado” (1Cor 2,2).